CONESUL ESTEIRAS LTDA.

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES

Aos trinta dias do mês de março de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, a Administradora Judicial, João Carlos e Fernando Scalzilli Advogados & Associados, na pessoa do Dr. Fernando Scalzilli, nomeada nos autos da recuperação judicial de **CONESUL ESTEIRAS LTDA.**, em trâmite perante a 2ª Vara Judicial do Foro da Comarca de Rosário do Sul/RS, sob o nº 062/1.18.0000157-6 (CNJ:0000650-69.2018.8.21.0062), apregou os presentes mediante o chamamento individual de cada credor e encerrou a conferência da lista de presença (gravação anexa). A Administradora Judicial indicou como secretário o **ERIK TAVARES DOMINGUES**, representante do **BANCO DO BRASIL S.A.**, o que foi aceito pela assembleia. Ato contínuo, a Administradora Judicial declarou retomados os trabalhos da segunda convocação da Assembleia Geral de Credores, cuja ordem do dia é a deliberação acerca da aprovação, modificação ou rejeição do plano de recuperação judicial. Com a palavra, a Administradora Judicial, na pessoa do Dr. Fernando Scalzilli, esclareceu que apenas os credores devidamente habilitados e presentes na Assembleia no dia 4 de março de 2021 têm direito a voto, podendo haver, contudo, a participação dos demais credores da condição de ouvintes, por meio de acesso ao *link* da transmissão via *Youtube* disponibilizado no site do escritório da administração judicial. Ainda, ressaltou que todas as ressalvas ao plano de recuperação judicial deveriam ser encaminhadas para o e-mail admjud@scalzilli.com.br, para serem juntadas nos autos como um anexo a esta ata. A recuperanda, a fim de cumprir com o compromisso prestado na Assembleia anterior, enviou o modificativo do plano aos credores por e-mail, tendo em vista que os prazos dos processos físicos encontram-se suspensos em razão da classificação do Estado em bandeira preta. Após, foi passada a palavra à procuradora da recuperanda, Dra. Bruna, que passou a palavra ao consultor Gilmar Laguna, que compartilhou um material de apresentação com os credores. Explicou que a recuperanda realizou negociações durante o período de suspensão da Assembleia. Disse que a recuperanda vem mantendo suas contas em dia, mantendo o equilíbrio dos números. Estima que esse ano tenha uma melhora em relação ao mercado. Disse que o aditivo ao plano teve mais algumas modificações, principalmente no pagamento de credores parceiros. No material de

apresentação que foi compartilhado com os credores, expôs os números do passivo concursal; a forma de pagamento dos credores trabalhistas; a forma de pagamento dos credores quirografários; a forma de pagamento dos credores quirografários financeiros e a forma de pagamento dos credores enquadrados como ME/EPP. Agradeceu aos credores e pediu a colocação do plano à votação. Questionados, nenhum credor presente quis a palavra. Na sequência, **o plano foi submetido à votação**, tendo sido aprovado na Classe I por 100% dos credores trabalhistas; na Classe III, por 74,74% dos créditos quirografários, no cômputo por créditos, e por maioria dos credores presentes da classe, no cômputo por cabeça (4 a favor e 2 contra). O **Banrisul** pediu que fosse consignado em ata a seguinte ressalva: Não obstante, a manifestação proferida nesta Assembleia Geral de Credores, independentemente do seu resultado, não implicam, de qualquer forma, em renúncia à Garantias originalmente constituídas, sejam elas, mas não se limitando às: Garantias Reais (Hipoteca, Penhor e ou Anticrese), Fiduciária (Alienação e/ou Cessão) ou Fidejussórias (Aval e/ou Fiança), em plena conformidade com o disposto nos artigos 49, §§ 1º e 3º e 50 § 1º, ambos da Lei 11.101/2005, resguardando-se ao credor o direito de perseguir seu crédito contra os coobrigados, executando as garantias e ou tomando quaisquer outras medidas satisfativas previstas em Lei. Sistema de amortização a ser utilizado pela Recuperanda (SAC, PRICE). O **Banco do Brasil**, da mesma forma, pediu que fosse consignado em ata a seguinte ressalva: O Banco do Brasil S.A. discorda da extinção das obrigações perante os coobrigados/fiadores/avalistas com o cumprimento integral do PRJ, reservando-se o direito de ajuizar, a cobrança judicial dos créditos em face destes, nos termos do § 1º, art. 49 da Lei de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência. A alienação de ativos da recuperanda deve ser efetuada na forma do art. 142, inciso I, da Lei 11.101/2005, sendo que o Banco do Brasil S.A. se reserva o direito de não anuir em provável alienação de bens imóveis gravados com hipoteca em seu favor, conforme previsto no art. 50, § 1.º, da Lei 11.101/2005. Na contabilização das operações incidirá IOF, na forma da legislação vigente. A credora **Caixa Econômica Federal** requereu fosse consignada em ata a seguinte ressalva: A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, na qualidade de credora de CONESUL ESTEIRAS LTDA e devidamente habilitado a participar da Assembleia Geral de Credores, convocada nos termos do artigo 35 da Lei nº 11.101/2005, neste ato representado por seu procurador, vem solicitar o registro em Ata das seguintes ressalvas ao Plano de Recuperação Judicial: 1- A CAIXA se reserva na prerrogativa de cobrar a dívida dos sócios/avalistas/coobrigados, bem como manifesta sua discordância quanto ao impedimento de ajuizar qualquer crédito, executar

qualquer sentença, decisão judicial ou sentença arbitral, penhorar bens e executar qualquer garantia real em relação aos mesmos. 2- A CAIXA discorda da supressão das garantias contratuais, em especial das garantias fiduciárias, por impossibilidade de cobrar a dívida dos garantidores; 3- A CAIXA discorda da extinção das execuções judiciais e da liberação de penhoras e constrições legalmente constituídas (se for o caso). 4- A CAIXA discorda da cláusula que contempla a previsão geral e irrestrita de alienação de bens ou oneração do estabelecimento da empresa em Recuperação, pois, além do risco de esvaziamento da empresa, encontra óbice no que dispõe o art. 66 da Lei 11.101/2005. 5- A CAIXA discorda da criação, em termo aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, de subclasse “Credores Quirografários Financeiros acima de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais)”, pois, atenta ao princípio da isonomia, objetivando contemplar com condições mais favoráveis um único credor. Lida a presente ata, que foi aprovada pelos presentes e assinada pelo Presidente da Mesa, Dr. Fernando Scalzilli e por 2 (dois) credores de cada uma das classes presentes.

João Carlos e Fernando Scalzilli Advogados & Associados
Administradora Judicial

Secretário da Mesa
Erik Tavares Domingues
Representante do Banco do Brasil S.A.

Conesul Esteiras Ltda.
Recuperanda
p.p. Bruna Hundertmarch

Credor Classe I - Trabalhista

Elbene Nunes Lopes
p.p. Luis Antônio Foletto

Credor Classe I – Trabalhista
Aline Resende Dalbão
p.p. Luis Antônio Foletto

Credor Classe III – Quirografários
Banco do Estado do Rio Grande do Sul
p.p. Fabrina de Carvalho Hercht Urach

Credor Classe III – Quirografários
Edison Pires
p.p. Igor Vinicius Neves